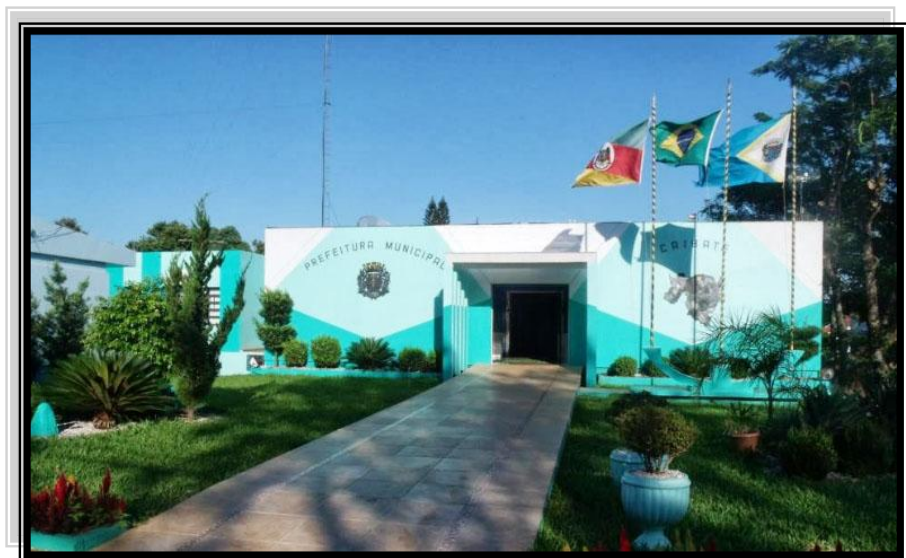




**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBATÉ**  
**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

**PRODUTO B**  
**PLANO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL**  
**VERSÃO 1**



# plano municipal de saneamento básico



*Estado do Rio Grande do Sul*  
*Prefeitura Municipal de Caibaté*

## **Plano Municipal de Saneamento Básico**

### **Produto B**

#### **MINISTÉRIO DA SAÚDE**

Fundação Nacional de Saúde – FUNASA  
Av. Borges de Medeiros, nº 536 – 11º andar – Centro  
Porto Alegre – RS  
CEP: 90020-022

#### **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBATÉ**

Av. Padre Réus, 1582 - Caibaté, Rio Grande do Sul  
E-mail: [smap@caibate.rs.gov.br](mailto:smap@caibate.rs.gov.br)  
CNPJ: 87.613.006/0001-12  
Telefone: (55) 3355-1300  
CEP: 97.930.000

#### **EMPRESA E-CIDADES PLANEJAMENTO MUNICIPAL LTDA.**

Senador Alberto Pasqualini, 250, Apto nº 201  
Três de Maio/RS  
98910-000  
[www.apoioaosmunicipios.com.br](http://www.apoioaosmunicipios.com.br)  
[contato@apoioaosmunicipios.com.br](mailto:contato@apoioaosmunicipios.com.br)



Ministério da Saúde  
Fundação Nacional de Saúde



## SUMÁRIO

|                                                                                               |           |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>1. INTRODUÇÃO: ABRINDO O DIÁLOGO.....</b>                                                  | <b>9</b>  |
| <b>2. JUSTIFICATIVA.....</b>                                                                  | <b>10</b> |
| <b>3. ASPECTOS HISTÓRICOS SOBRE SANEAMENTO BÁSICO .....</b>                                   | <b>10</b> |
| <b>4. NATUREZA PÚBLICA DAS AÇÕES DE SANEAMENTO BÁSICO .....</b>                               | <b>12</b> |
| <b>5. ABRANGÊNCIA TERRITORIAL E AS UNIDADES DE ANÁLISES .....</b>                             | <b>13</b> |
| <b>6. PARTICIPAÇÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL NA ELABORAÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO BÁSICO .....</b> | <b>14</b> |
| <b>7. ETAPAS DO PLANO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL .....</b>                                         | <b>14</b> |
| <b>7.1 Objetivos .....</b>                                                                    | <b>15</b> |
| <b>7.1.1 Objetivo geral .....</b>                                                             | <b>16</b> |
| <b>7.1.2 Objetivos específicos.....</b>                                                       | <b>16</b> |
| <b>7.2 Ações.....</b>                                                                         | <b>17</b> |
| <b>7.3 Atores/Parceiros.....</b>                                                              | <b>18</b> |
| <b>7.3.1 Coordenação e Participação Social.....</b>                                           | <b>18</b> |
| <b>7.3.2 Os Atores Sociais e a Organização Comunitária .....</b>                              | <b>21</b> |
| <b>8. METODOLOGIA .....</b>                                                                   | <b>23</b> |
| <b>8.1 Aspectos metodológicos.....</b>                                                        | <b>23</b> |
| <b>8.2 A participação social no contexto da Lei do Saneamento Básico.....</b>                 | <b>27</b> |
| <b>8.3 O papel da educação ambiental na mobilização social em Saneamento Básico .....</b>     | <b>30</b> |
| <b>8.4 Instrumentos e Estratégias .....</b>                                                   | <b>32</b> |
| <b>9. CRONOGRAMA .....</b>                                                                    | <b>33</b> |
| <b>9.1 Prazo de Execução.....</b>                                                             | <b>33</b> |
| <b>9.2 Síntese das tarefas de elaboração do Plano.....</b>                                    | <b>33</b> |
| <b>10. SÍNTESE DE PARTICIPAÇÃO, MOBILIZAÇÃO SOCIAL E COMUNICAÇÃO .</b>                        | <b>38</b> |





|                                                |           |
|------------------------------------------------|-----------|
| <b>11. ANÁLISE SWOT .....</b>                  | <b>32</b> |
| <b>12. EQUIPE TÉCNICA DA CONTRATADA.....</b>   | <b>41</b> |
| <b>13. LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.....</b> | <b>41</b> |
| <b>14. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>          | <b>42</b> |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>                        | <b>44</b> |
| <b>ANEXOS .....</b>                            | <b>46</b> |



*Estado do Rio Grande do Sul*  
*Prefeitura Municipal de Caibaté*

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

MCC – Ministério das Cidades  
PCS – Plano de Comunicação Social  
PLANSAB – Plano Nacional de Saneamento Básico  
PMS – Plano de Mobilização Social  
PMSB – Plano Municipal de Saneamento Básico  
PNS – Política Nacional de Saneamento Básico  
PNSA – Plano Nacional de Saneamento Ambiental  
TR – Termo de Referência



Ministério da Saúde  
Fundação Nacional de Saúde



## LISTA DE FIGURAS

|                                                                                                                                                         |    |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Figura 01. Termo de Referência (TR) .....                                                                                                               | 9  |
| Figura 02. Planejamento Participativo .....                                                                                                             | 10 |
| Figura 03. Conceito de Saneamento .....                                                                                                                 | 11 |
| Figura 04. Planejamento: do estado Presente para o Futuro .....                                                                                         | 13 |
| Figura 05. Mapa com divisas municipais.....                                                                                                             | 13 |
| Figura 06. Participação Social na elaboração do PMSB .....                                                                                              | 14 |
| Figura 07. Mobilização Social na elaboração do PMSB .....                                                                                               | 14 |
| Figura 08. Plano de Mobilização Social .....                                                                                                            | 15 |
| Figura 09. Plano de Mobilização Social na elaboração do PMSB .....                                                                                      | 15 |
| Figura 10. Diagrama dos Objetivos do Plano de Mobilização Social .....                                                                                  | 16 |
| Figura 11. Grupos de Trabalho .....                                                                                                                     | 19 |
| Figura 12. Sujeitos do processo de planejamento do Plano .....                                                                                          | 21 |
| Figura 13. Comunidades participantes da elaboração do Plano .....                                                                                       | 21 |
| Figura 14. Contribuição dos diferentes atores sociais na elaboração do PMSB .....                                                                       | 23 |
| Figura 15. Setores de Mobilização Social .....                                                                                                          | 25 |
| Figura 16. Degraus de participação cidadã em políticas públicas.....                                                                                    | 28 |
| Figura 17. Controle Social .....                                                                                                                        | 29 |
| Figura 18. Níveis de participação para elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico .....                                                         | 29 |
| Figura 19. Processos participativos e de mobilização da sociedade para a Educação Ambiental .....                                                       | 30 |
| Figura 20. O processo educativo no contexto da mobilização social .....                                                                                 | 30 |
| Figura 21. Princípios do Programa de Educação Ambiental e Mobilização Social para o Saneamento .....                                                    | 31 |
| Figura 22. Registro da capacitação e sensibilização dos Comitês sobre o processo de elaboração do Plano tendo por local o plenário do legislativo ..... | 38 |



Estado do Rio Grande do Sul  
Prefeitura Municipal de Caibaté

|                                                                                                                                                                                    |    |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Figura 23. Registro da reunião de Orientação Técnica na Secretaria Municipal de Saúde para aplicação da pesquisa estruturada pelos agentes para coleta de dados para o Plano ..... | 39 |
| Figura 24. Registro do recebimento da caixa com as fichas do resultado da aplicação da pesquisa estruturada que contemplou todo o território municipal com a coleta de dados ..... | 40 |



Ministério da Saúde  
Fundação Nacional de Saúde



## LISTA DE TABELAS

|                                                                                                                          |    |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Tabela 01. Metodologia – setor de mobilização social para elaboração do PMSB ...                                         | 24 |
| Tabela 02. Reunião para elaboração do Diagnóstico para elaboração do PMSB.....                                           | 25 |
| Tabela 03. Reunião para elaboração do Prognóstico para elaboração do PMSB ....                                           | 25 |
| Tabela 04. Cronograma – Consulta Pública on-line da elaboração do PMSB .....                                             | 26 |
| Tabela 05. Metodologia – setor de mobilização social para elaboração do PMSB ...                                         | 26 |
| Tabela 06. Audiência Pública de elaboração do PMSB .....                                                                 | 27 |
| Tabela 07. Plano de Comunicação Social.....                                                                              | 32 |
| Tabela 08. Cronograma sugerido para elaboração do PMSB .....                                                             | 33 |
| Tabela 09. Cronograma com base no TR para elaboração do PMSB .....                                                       | 35 |
| Tabela 10. Cronograma com a especificação de data - Reunião para elaboração do Diagnóstico para elaboração do PMSB.....  | 37 |
| Tabela 11. Cronograma com a especificação de data - Reunião para elaboração do Prognóstico para elaboração do PMSB ..... | 37 |
| Tabela 12. Cronograma com a especificação de data - Consulta Pública on-line da elaboração do PMSB .....                 | 37 |
| Tabela 13. Cronograma com a especificação de data - Audiência Pública de elaboração do PMSB .....                        | 38 |
| Tabela 14. Análise SWOT .....                                                                                            | 41 |





## 1. INTRODUÇÃO: ABRINDO O DIÁLOGO.

Este documento corresponde ao Produto B - Plano de Mobilização Social - PMS que deverá ser seguido pela contratada para a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico de Caibaté – RS.

O planejamento das ações de mobilização social apresenta-se descrito neste documento.

O Município de Caibaté firmou Convênio com a FUNASA sob nº 0108/2011, entre a Fundação Nacional da Saúde – FUNASA e o Município, que tem como objeto a contratação de serviços técnicos de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) de forma a possibilitar a criação de mecanismos articulados e integrados de gestão pública da infraestrutura do município relacionada aos quatro eixos, abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e manejo de águas pluviais, em conformidade com a Lei Federal nº 11.445/2007 e o Termo de Referência que se encontra anexo ao edital.

**TERMO DE REFERÊNCIA (TR)** – Instrumento balizador das atividades a serem desenvolvidas no Plano de Saneamento Básico e pode ser elaborado por empresa contratada ou pelo próprio corpo técnico da administração municipal.



Fonte: Ministério das Cidades. Cadernos MCidades – Fundamentos para a elaboração de Planos de Saneamento Básico. Caderno 2, 2004.

Figura 01. Termo de Referência (TR).

Por sua vez, o Município de Caibaté-RS, inscrito no CNPJ nº 87.613.0006/0001-12, assinou o contrato de prestação de serviço para elaboração de Plano Municipal de Saneamento Básico com a **Empresa E-Cidades Planejamento Municipal Ltda.**, nos termos do Pregão Presencial sob nº **005/2014**.

A partir da assinatura do Contrato firmado com o município de Caibaté, foi emitida no dia **12 de maio de 2014** a ordem de início de serviços estabelecido no contrato, sendo que o Plano de Trabalho e Plano de Mobilização Social é a etapa inicial a ser entregue pela contratada à contratante.





A Contratada terá ampla liberdade de subdividir os trabalhos para que sejam harmonizados num **planejamento integrado**. Toda a nossa experiência será empenhada nesse planejamento.

## 2. JUSTIFICATIVA.

A efetivação do Plano Municipal de Saneamento Básico se dará mediante **práticas participativas e ações de mobilização e comunicação social**, segundo Brasil (2011b), que requer investimento da instituição, com vistas à adoção de novas práticas que privilegiem o interesse coletivo, assim como a implementação e o desenvolvimento das ações.

Nele se apresenta uma síntese das atividades realizadas especificando os objetivos gerais e específicos a partir da proposição metodológica e do planejamento para a realização dos trabalhos.

A participação pressupõe a busca da convergência de propósitos, a resolução de conflitos, o aperfeiçoamento da convivência social, a transparência dos processos decisórios e o foco no interesse da coletividade.

O **planejamento participativo** depende da cooperação de diversos segmentos na elaboração do plano. Tal planejamento busca incluir a população nas decisões governamentais, com vistas a superar o enfoque tecnicista do planejamento tradicional, possibilitando a definição de prioridades mais voltadas para as reais necessidades sociais. Nesse contexto, o planejamento deve assegurar a ampla divulgação das propostas e dos estudos que o fundamentam, bem como o recebimento de sugestões e críticas por meio de audiências ou consultas públicas e sua análise por órgão colegiado com representação da sociedade organizada.

Fonte: Ministério das Cidades. Cadernos MCidades – Fundamentos para a elaboração de Planos de Saneamento Básico. Caderno 2, 2004.

Figura 02. Planejamento Participativo.

## 3. ASPECTOS HISTÓRICOS SOBRE SANEAMENTO BÁSICO.

Para iniciar a discussão sobre esse tema, apresentamos uma citação de Rosen (2006), retirada de seu livro “Uma História da Saúde Pública”, sobre a história e a evolução das ações de saneamento básico ao longo do tempo:





*"O saneamento, sendo no seu aspecto físico uma luta do homem em relação ao ambiente, existe desde o início da humanidade, ora desenvolvendo-se de acordo com a evolução das diversas civilizações, ora retrocedendo com a queda das mesmas e renascendo com o aparecimento de outras." (ROSEN, 2006)*

Fonte: Ministério das Cidades. Cadernos MCidades – O Saneamento Básico no Brasil: Aspectos Fundamentais. Caderno 1, 2004.

Figura 03. Conceito de Saneamento.

Conforme Rosen (2006), com maior ou menor ênfase, as ações de saneamento sempre fizeram parte do processo civilizatório. Significa dizer que diferentes civilizações, estabelecidas em diferentes locais e em diferentes épocas, chegaram à mesma conclusão: as ações de saneamento básico são benéficas à sociedade de uma forma geral.

No decorrer do processo, já no Séc. XXI (Brasil), a União retoma seu papel de grande financiador do saneamento básico e assume sua responsabilidade constitucional de instituir as diretrizes nacionais para o saneamento básico. Em 2008 é criada a Resolução Recomendada nº 62, que aprova o Pacto Nacional de Saneamento Básico. Esse Pacto busca a adesão e o compromisso de toda a sociedade em relação ao processo de elaboração do Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB) e visa estabelecer um ambiente de confiança e entendimento na construção dos caminhos para a universalização do acesso ao saneamento básico e à inclusão social.

Em 2010 é promulgada a Lei Federal nº 12.305 e o Decreto Federal nº 7.404 – lei que institui e decreto que regulamenta a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) no país. Ocorre a regulamentação da Lei Federal nº 11.445/07, através do Decreto Federal nº 7.217. Em julho de 2010, é aprovada a Resolução da Assembleia Geral da ONU A/RES/64/292, que reconhece formalmente o direito ao abastecimento de água e ao esgotamento sanitário como essenciais à concretização de todos os direitos humanos.

Já em novembro de 2013 é realizada a 5ª Conferência Nacional das Cidades na qual se discute a criação do Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano. No





mesmo ano, a proposta do PLANSAB é aprovada, consolidando um amplo processo de pactuação do Governo com a sociedade brasileira para a melhoria do saneamento básico no Brasil.

Para efeito, a Lei 11.445/07 define:

Art. 3º - Para os efeitos desta Lei, considera-se: I - saneamento básico: conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de:

a) abastecimento de água potável: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição;

b) esgotamento sanitário: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente;

c) limpeza urbana e manejo de resíduos: sólidos: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas;

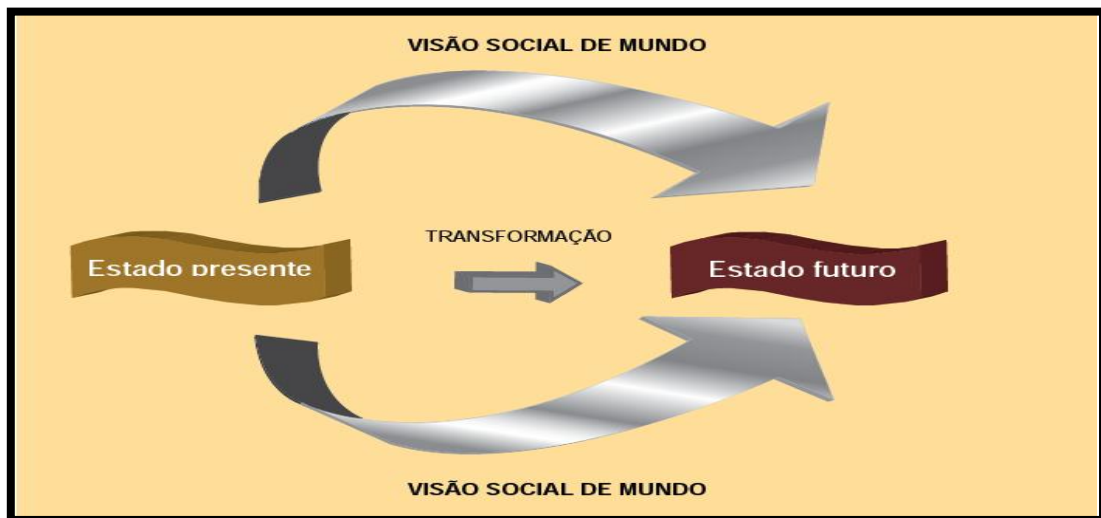
d) drenagem e manejo das águas pluviais urbanas: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas (BRASIL. Lei Federal nº 11.445/07).

#### 4. NATUREZA PÚBLICA DAS AÇÕES DE SANEAMENTO BÁSICO.

A Ação de planejamento não deve envolver procedimentos meramente técnicos, a partir dos quais são elaborados diagnósticos e prognósticos, mas, sobretudo, implica em um debate a partir das diversas formas de reconhecimento e interpretação da realidade. Portanto, planejar pressupõe reconhecer e debater conceitos e visões de mundo sob as quais o objeto é percebido e interpretado.

Dessa forma, o planejamento, antes de tudo, é uma ação política. **Planejar pressupõe avaliar o estado presente do objeto para definir o estado futuro desejado.**





Fonte: SNSA. Peças Técnicas relativas a Planos Municipais de Saneamento Básico, 2011.

Figura 04. Planejamento: do estado Presente para o Futuro.

## 5. ABRANGÊNCIA TERRITORIAL E AS UNIDADES DE ANÁLISES.

A área de abrangência do PMSB e, portanto, do diagnóstico, **contemplou todo o território do município**, tanto a **área urbana como também a área rural** em face das desigualdades no acesso e na qualidade dos serviços. As áreas urbanas e rurais se constituíram em **unidades de análises**.



Fonte: Prefeitura Municipal de Caibaté – RS, 2014.

Figura 05. Mapa com divisas municipais.



O território em análise – a **área urbana como também a área rural** se dá pela importância de avaliar as desigualdades na distribuição dos serviços de saneamento do município e da necessidade da produção de informação de fácil manuseio, que permite um melhor diálogo entre administração pública e a sociedade.

## 6. PARTICIPAÇÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL NA ELABORAÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO BÁSICO.

Para começarmos vamos entender dois conceitos intimamente ligados, mas que não devem ser confundidos: Participação e Mobilização Social.

**PARTICIPAÇÃO SOCIAL** - É um processo político e coletivo de tomada de decisão para a construção e exercício da autonomia, emancipação e participação ativa das pessoas por meio do diálogo e cooperação (RODRIGUES *et al*, 2007).



Fonte: Ministério das Cidades. Cadernos MCidades – A participação social na elaboração do PMSB. Caderno 3, 2004.

Figura 06. Participação Social na elaboração do PMSB.

**MOBILIZAÇÃO SOCIAL** - Consiste em um processo permanente de animação e promoção do envolvimento de pessoas por meio do fornecimento de informações e constituição de espaços de participação e diálogo relacionados ao que se pretende promover, que, nesse caso, é a elaboração e a implementação dos Planos de Saneamento Básico.



Fonte: Ministério das Cidades. Cadernos MCidades – A participação social na elaboração do PMSB. Caderno 3, 2004.

Figura 07. Mobilização Social na elaboração do PMSB.

## 7. ETAPAS DO PLANO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL.

O Plano de Mobilização Social ocorre na fase inicial do processo, onde foram planejados todos os procedimentos, estratégias, mecanismos e metodologias que serão aplicados ao longo de todo o período de elaboração do PMSB visando garantir a efetiva participação social nas diferentes fases de elaboração do PMSB.







Fonte: Reimpressão da “Política e Plano Municipal de Saneamento Básico”. Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (Crea-Minas) e a Fundação Nacional de Saúde (Funasa), 2012.

Figura 08. Plano de Mobilização Social.



**PLANO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL** - Deve ser elaborado contendo a **metodologia, os mecanismos e os procedimentos** que garantam à sociedade informações, representações técnicas e participação ao longo de todo o processo de formulação da política, do planejamento e de avaliação dos serviços públicos de saneamento básico.

Fonte: Ministério das Cidades. Cadernos MCidades – A participação social na elaboração do PMSB. Caderno 3, 2004.

Figura 09. Plano de Mobilização Social na elaboração do PMSB.

## 7.1 Objetivos:

Os objetivos do Plano de Mobilização Social – PMS têm por base o disposto no Termo de Referência (TR) para elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico de Caibaté, bem como as diretrizes do Ministério das Cidades, dividindo-se em:

- ✓ **Geral:** direcionado para uma transformação mais ampla da realidade de intervenção;
- ✓ **Específicos,** que por sua vez possuem caráter operacional.



Fonte: Origem do TR (2012) e adaptado pelo Autor Empresa e-cidades PLANEJAMENTO MUNICIPAL LTDA., 2014.

Figura 10. Diagrama dos Objetivos do Plano de Mobilização Social.

### 7.1.1 Objetivo geral:

Sensibilizar a sociedade quanto à relevância do Plano Municipal de Saneamento Básico e sua participação no processo de sua elaboração.

### 7.1.2 Objetivos específicos:

A sensibilização da sociedade deverá ser buscada por meio dos seguintes objetivos específicos:

- a. Estimular todos os segmentos sociais a participarem do processo de planejamento dos serviços de saneamento básico, aplicando técnicas de Planejamento Governamental, com uso de ferramentas de apoio ao Planejamento;
- b. Divulgar amplamente o processo, as formas e canais de participação e informar os objetivos e desafios do PMSB;





- c. Promover a discussão e a participação popular na formulação, discussão de propostas e instrumentos do PMSB;
- d. Garantir a avaliação e respostas a todas as emendas apresentadas ao PMSB;
- e. Buscar a cooperação junto a outros processos locais de mobilização e ação para assuntos relacionados ao saneamento básico.

## 7.2 Ações.

Da mesma forma que não se alcança um objetivo geral sem a existência de objetivos específicos ou intermediários, também um objetivo específico necessitará ser respondido a partir de um conjunto de ações. As seguintes ações deverão ser realizadas para que os objetivos sejam alcançados com eficiência, eficácia e efetividade.

- a. Realizar reuniões com dinâmica participativa para estimular os participantes, aplicando a técnica de Planejamento Governamental;
- b. Contatar instituições;
- c. Identificar e avaliar o sistema de comunicação local e sua capacidade de difusão das informações e mobilização sobre o Plano;
- d. Disseminar o acesso às informações sobre o diagnóstico e estudos preliminares, os serviços prestados e sua avaliação, o processo e os eventos previstos e as propostas;
- e. Descentralizar as informações produzidas pelo PMSB;
- f. Coletar subsídios para a elaboração do PMSB;
- g. Listar as prioridades de atendimento da população envolvida;
- h. Estabelecer parcerias para mobilização com a sociedade, empresas públicas, secretarias e organizações comunitárias;
- i. Garantir a participação social em todas as etapas do processo de desenvolvimento do PMSB, visando atender as necessidades e anseios da população;
- j. Garantir que a participação social tenha natureza democrática;





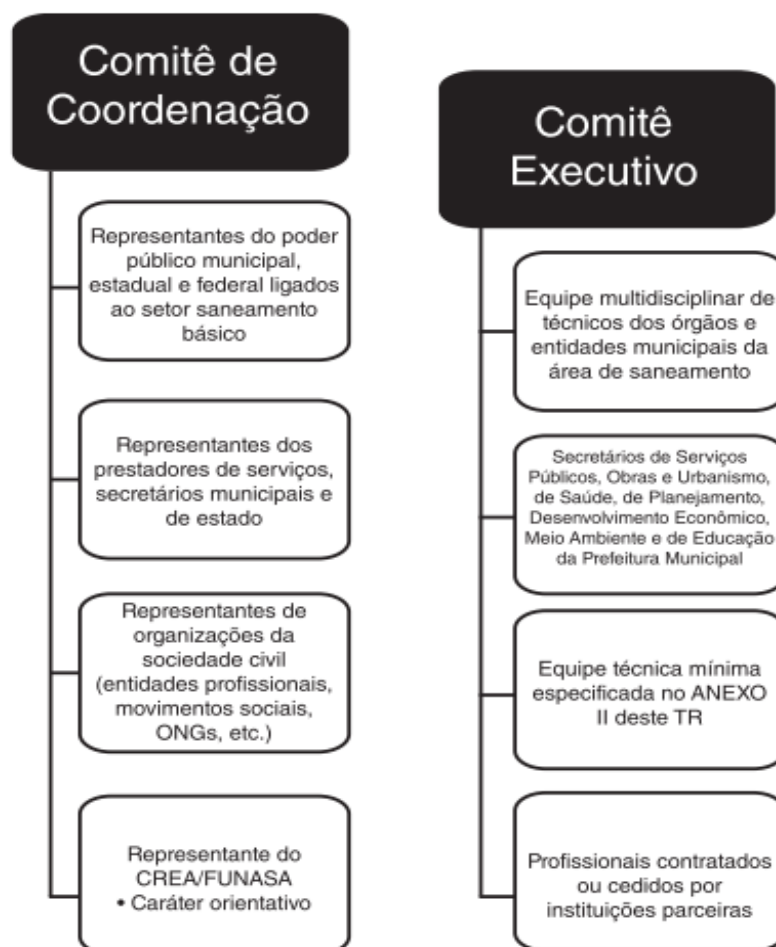
- k. Desenvolver junto à sociedade a noção de responsabilidade coletiva na preservação e conservação dos recursos naturais;
- l. Submeter o PMSB a uma avaliação pelos conselhos municipais e demais atores sociais envolvidos com a temática do saneamento;
- m. Disponibilizar os mecanismos de divulgação e comunicação para a disseminação e o acesso às informações sobre o diagnóstico e estudos preliminares, dos serviços prestados e sua avaliação, das futuras etapas do PMSB, dos eventos previstos e as propostas relativas ao PMSB;
- n. Estabelecer canais para recebimento de sugestões e comentários, garantindo-se a avaliação e resposta a todas as propostas apresentadas.
- o. Desenvolver eventos abertos à comunidade local, a exemplo de reuniões e audiência pública para discussão e participação popular na formulação do PMSB, incluindo a recepção de dados de saneamento;
- p. Desenvolver e estimular forma de acompanhamento e participação, no processo de elaboração do PMSB, dos Conselhos, etc.

### 7.3 Atores/Parceiros.

#### 7.3.1 Coordenação e Participação Social:

**O processo de Planejamento iniciou pela constituição de um comitê de coordenação e um comitê executivo para sua operacionalização por meio do Decreto Municipal nº 3135, de 29 de julho de 2014, tendo os Cidadãos ocupando a maioria dos assentos nestes Comitês.**





Fonte: Reimpressão da “Política e Plano Municipal de Saneamento Básico”. Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (Crea-Minas) e a Fundação Nacional de Saúde (Funasa), 2012.

Figura 11. Grupos de Trabalho.

A FUNASA através do NICT – Núcleo Intersetorial de Cooperação Técnica terá representação assegurada no Comitê de Coordenação, tendo sido considerado no ato público do Poder executivo (decreto) de Designação e responsabilidade dos Comitês. As suas atribuições nas reuniões do CC serão restritivas ao acompanhamento em caráter orientativo, não estando aptos a votos de aprovação ou desaprovação.

O **Comitê de Coordenação** por sua vez, é uma instância de gestão e deliberativa, formalmente institucionalizada por ato do Executivo Municipal, responsável pela coordenação, condução e acompanhamento da elaboração do Plano.



### **I – Membros do Comitê de Coordenação:**

- Membro do Conselho Municipal de Saúde: Ana Maria Friedrich Kist
- Membro do Conselho Municipal de Assistência Social: Marli Genoveva Chagas dos Santos
- Membro do Conselho Municipal de Educação: Marli Gallas
- Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais: Vanderli Ferreira Lopes
- Representante da Câmara Municipal de Vereadores: Valter Edes Steinhaus.
- Representante da OAB: Carlos Luiz Müller Kaefer OAB Nº11293
- Representante dos Movimentos Populares/Grupo de Escoteiros Caiboathê: Léo Arnildo Willers
- Representante de Organizações da Sociedade Civil/Associação Comercial, Industrial – ACIS: Marcos Antonio Escobar Lourenço
- Representante da FUNASA: \_\_\_\_\_

O **Comitê Executivo** é uma instância técnica responsável pela operacionalização do processo de elaboração do PMSB. Tem uma composição multidisciplinar e inclui técnicos dos órgãos e entidades municipais da área de saneamento básico e áreas afins, devendo suas atividades ser acompanhadas por representantes dos prestadores de serviços.

### **II – Membros do Comitê Executivo:**

- Sec./Técnico da Área Ambiental: Vinícios da Silva Ramos
- Sec./Técnico da Área de Saúde: Ivanês de Lourdes da Silva Knapp.
- Sec./Responsável pelos Projetos: Ubirajara Peixoto de Oliveira.
- Sec./ Responsável da Área de Educação: Maristela Muller de Souza
- Enfermeira: Liciery Zambeli
- Fiscal de Obras: Eloisa Voigt Kern
- Representante pela Prestação de Serviços de Água – CORSAN: Rafael Mumbach.
- Representante pela Prestação de Serviços de recolhimento de lixo e outros: Marcos Engelhof
- Chefe do Escritório da Emater local: Maristela Weichbauer





Os **Comitês**, uma vez constituídos, passaram por um processo de **capacitação e sensibilização**, de forma a ampliar, atualizar e equalizar os conhecimentos sobre o objeto a ser planejado – o saneamento básico. Essa estratégia mostra-se relevante para que os conteúdos históricos, políticos e técnicos sobre o saneamento básico possam ser discutidos, permitindo uma melhor qualificação da equipe que conduzirá o processo de elaboração do PMSB.

### 7.3.2 Os Atores Sociais e a Organização Comunitária:

Existe a necessidade de envolver tanto quanto possível a sociedade na definição dos rumos a tomar. Por isso, vamos trabalhar para a população ser cativada, desde a fase do diagnóstico até a proposição de programas, projetos e ações.

Os **sujeitos do processo de planejamento** precisam ampliar o seu conhecimento sobre o objeto a ser planejado, por isso é importante que, durante a elaboração do plano, sejam promovidas discussões, palestras e outros eventos que promovam a mobilização social (BRASIL, 2011c, p. 63).

Fonte: Ministério das Cidades. Cadernos MCidades – Fundamentos para a elaboração de Planos de Saneamento Básico. Caderno 2, 2004.

Figura 12. Sujeitos do processo de planejamento do Plano.



Fonte: Ministério das Cidades. Cadernos MCidades – Fundamentos para a elaboração de Planos de Saneamento Básico. Caderno 2, 2004.

Figura 13. Comunidades participantes da elaboração do Plano.





Para tanto, apresentamos a possibilidade de contribuição e o seu papel no processo de mobilização social para a elaboração do Plano.

#### I. Sociedade civil organizada

Instituições, tais como: Organizações não Governamentais (ONGs); Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP); associações; cooperativas; sindicatos e grupos organizados, podem contribuir para a realização de diagnósticos, atuando no monitoramento e fiscalização das ações, empreendimentos e serviços prestados, além de reivindicar a aplicação das políticas públicas.

#### II. Escolas

A escola é a instituição encarregada de promover a educação formal. Pode envolver e estimular a participação da comunidade escolar nas ações de planejamento, contribuindo para a realização de diagnósticos socioambientais participativos, envolvendo alunos na identificação das necessidades da comunidade na temática do saneamento, mediante, por exemplo, o preenchimento de questionários, a divulgação e o incentivo junto aos pais acerca da necessidade de se pensar sobre saneamento.

#### IV. Gestores públicos

Entre os desafios e atribuições dos gestores públicos, está a **formulação de políticas públicas que estimulem os processos participativos e legitimem decisões coletivas e democráticas**. Eles são os responsáveis por direcionar as fases do planejamento, prestação de serviços, regulação e fiscalização, uma vez que essas atividades são de responsabilidade do município.

#### V. Movimentos sociais

Os processos de mobilização alcançados no âmbito dos movimentos sociais são importantes ações em prol da defesa dos direitos dos cidadãos.

Não existem movimentos sociais que atuem especificamente na causa do saneamento; no entanto, existem outras intervenções políticas que estão relacionadas às questões concernentes ao saneamento, tais como: o direito à cidade, o acesso à terra, o direito à saúde, à educação e à moradia.

O desafio, nesse caso, é estimular a inserção de tais movimentos nas ações desenvolvidas pelos grupos que conduzem processos de educação ambiental e mobilização social em saneamento, auxiliando na aproximação da sociedade à elaboração do PMSB.





#### VI. Parlamentares

As ações dos parlamentares na elaboração do Plano estão associadas à criação de leis e emendas, além do auxílio no andamento dos processos de formulação de emendas e aprovação de decretos e portarias relacionadas com educação ambiental e mobilização social em saneamento.

Outra importante possibilidade de articulação é o incentivo à constituição de espaços de debate nas câmaras de vereadores, assembleias legislativas estaduais, distritais e federais, assim como no Senado, com o intuito de refletir sobre a questão do saneamento.

#### VII. Técnicos e Companhias de Saneamento

A participação dos técnicos em saneamento nos diagnósticos socioambientais é extremamente positiva, uma vez que sua atuação na gestão e monitoramento dos empreendimentos em saneamento proporciona um nível de conhecimento prático que qualifica a descrição da realidade, assim como a identificação das dificuldades e potencialidades dos elementos envolvidos no diagnóstico. Além disso, as companhias de saneamento possuem a maior parte dos dados que podem auxiliar na elaboração do diagnóstico.

É interessante que as companhias desenvolvam a formação de educadores ambientais, estimulando e orientando a formação de agentes multiplicadores, a fim de fortalecer a participação popular nas ações de saneamento.

#### VIII. Agentes comunitários

O agente comunitário é um importante ator social no processo de sensibilização, informação e mobilização comunitária, assim como nos diagnósticos socioambientais, uma vez que conhece e convive de forma muito próxima com a realidade local.

Os agentes comunitários têm o desafio de atuar como mediadores entre a comunidade e o poder público, interagindo com as demandas da comunidade e dos governos locais.

Fonte: Ministério das Cidades. Cadernos MCidades – A participação social na elaboração do PMSB. Caderno 3, 2004.

Figura 14. Contribuição dos diferentes atores sociais na elaboração do PMSB.

## 8. METODOLOGIA.

### 8.1 Aspectos metodológicos:

O método utilizado foi estruturado com base na interpretação objetiva do Termo de Referência, com a participação do **Comitê Executivo e o Comitê de Coordenação (representação social)** com o convite sob a responsabilidade local.





Nesta mesma linha de raciocínio, buscamos assegurar a “**participação cidadã**” de maneira ampliada dentro da efetivação do Plano de Mobilização Social que busca a participação **direta e representativa**, que pressupõe uma relação de troca entre gestão municipal e população, a partir da qual se torna possível construir um conhecimento conjunto sobre a cidade.

Todas estas ações tem a pretensão de criar condições para que se realize um **intercâmbio de saberes**: de um lado, os que detêm um “**conhecimento técnico**” sobre a realidade urbana e que estão no Governo, e do outro lado, um “**saber popular**”, fruto da vivência que a população tem dos problemas da cidade e da sua capacidade de apontar soluções.

**Em nível de participação direta** a metodologia propõe ainda, a realização de **Reunião, Consulta Pública on-line** pelo período de **15 a 30 dias** com **ampla divulgação** e **Audiência Pública** na Câmara Municipal com a **publicação do edital no órgão oficial** do município para consolidar a **participação cidadã**, onde se faz presente a representação da empresa como mediadora, para que se permita extrair a opinião pública de maneira plena, contribuindo com a sistematização na formalização dos temas em discussão, a seguir:

- A **Reunião** prevista contempla a área urbana e a área rural, considerando o setor de mobilização.

Tabela 01. Metodologia – setor de mobilização social para elaboração do PMSB.

| Setor Mobilização | Componentes/ Setor | População estimada (hab) IBGE(2010) | Eventos     |             | Audiência Pública |
|-------------------|--------------------|-------------------------------------|-------------|-------------|-------------------|
|                   |                    |                                     | Diagnóstico | Prognóstico |                   |
| A                 | Área Urbana        | 2.745                               | 1           | 1           | 1                 |
| B                 | Área Rural         | 2.209                               | 1           | 1           |                   |

Fonte: Autor Empresa e-Cidades PLANEJAMENTO MUNICIPAL LTDA., 2014.





**SETORES DE MOBILIZAÇÃO (SM)** - São locais planejados para receberem os eventos participativos, distribuídos pelo território do município de forma a promover a efetividade da presença da comunidade.



Fonte: Ministério das Cidades. Cadernos MCidades – A participação social na elaboração do PMSB. Caderno 3, 2004.

Figura 15. Setores de Mobilização Social.

Tabela 02. Reunião para elaboração do Diagnóstico para elaboração do PMSB.

| Setor Mobilização | Componentes/ Setor | Diagnóstico | Data         | Horário | Autorizado |
|-------------------|--------------------|-------------|--------------|---------|------------|
| A                 | Área Urbana        | 1           | ___/___/2015 | ___:___ |            |
| B                 | Área Rural         | 1           | ___/___/2015 | ___:___ |            |

Fonte: Autor Empresa e-Cidades PLANEJAMENTO MUNICIPAL LTDA., 2014.

Tabela 03. Reunião para elaboração do Prognóstico para elaboração do PMSB.

| Setor Mobilização | Componentes/ Setor | Prognóstico | Data         | Horário | Autorizado |
|-------------------|--------------------|-------------|--------------|---------|------------|
| A                 | Área Urbana        | 1           | ___/___/2015 | ___:___ |            |
| B                 | Área Rural         | 1           | ___/___/2015 | ___:___ |            |

Fonte: Autor Empresa e-Cidades PLANEJAMENTO MUNICIPAL LTDA., 2014.





- A **Consulta Pública on-line** notoriamente passível de ser compreendida como canal de comunicação, será levada a efeito na oportunidade em que a Administração Municipal apresentará à comunidade uma pré-proposta de Plano, ou seja, **a Versão Preliminar do Plano**, contemplando todos os itens necessários nos termos da Lei, junto com um contexto de soluções possíveis, convidando-os a tomar decisões que possam ser incorporadas ao PMSB, onde todos terão a oportunidade de exercerem o direito de propor e opinar diretamente sobre o tema a ser pactuado.

Tabela 04. Cronograma – Consulta Pública on-line da elaboração do PMSB.

| Setor<br>Mobilização | Componentes/<br>Setor | <u>Consulta Pública on-line</u> |              | Autorizado |
|----------------------|-----------------------|---------------------------------|--------------|------------|
| A                    | Área Urbana           | De                              | Até          |            |
| B                    | Área Rural            | ___/___/2015                    | ___/___/2015 |            |

Fonte: Autor Empresa e-Cidades PLANEJAMENTO MUNICIPAL LTDA., 2014.

- A **Audiência Pública** vai procurar acomodar as visões da sociedade, mas sem deixar comprometida a coerência e a consistência do Plano a ser encaminhado para Apresentação, Discussão e Aprovação do Plano Municipal de Saneamento Básico.

Tabela 05. Metodologia – setor de mobilização social para elaboração do PMSB.

| Setor<br>Mobilização | Componentes/<br>Setor | População<br>estimada (hab)<br>IBGE(2010) | Eventos     |             | Audiência<br>Pública |
|----------------------|-----------------------|-------------------------------------------|-------------|-------------|----------------------|
|                      |                       |                                           | Diagnóstico | Prognóstico |                      |
| A                    | Área Urbana           | 2.745                                     | 1           | 1           | 1                    |
| B                    | Área Rural            | 2.209                                     | 1           | 1           |                      |

Fonte: Autor Empresa e-Cidades PLANEJAMENTO MUNICIPAL LTDA., 2014.





Tabela 06. Audiência Pública de elaboração do PMSB.

| Setor       | Componentes/ | Audiência | Data         | Horário | Autorizado |
|-------------|--------------|-----------|--------------|---------|------------|
| Mobilização | Setor        | Pública   |              |         |            |
| A           | Área Urbana  | 1         | ___/___/2015 | ___:___ |            |
| B           | Área Rural   |           |              |         |            |

Fonte: Autor Empresa e-Cidades PLANEJAMENTO MUNICIPAL LTDA., 2014.

**Em nível de participação representativa**, será feita a discussão pelos Conselhos Municipais: **da Cidade, de Saúde, de Meio Ambiente e de Educação** e, caso estejam instalados, do **Comitê de Bacia Hidrográfica** onde o município está inserido. A discussão nos Conselhos vai permitir um maior aprofundamento do debate, por se tratar, normalmente, de interlocutores que já vêm discutindo as questões em pauta.

## 8.2 A participação social no contexto da Lei do Saneamento Básico:

A Lei do Saneamento Básico deu início a uma nova fase na concepção e implementação de políticas de saneamento no País, incorporando a participação social, o que significa que a população passa a ser ouvida e se torna um dos agentes da definição dessas políticas. A lei apresenta mudanças que asseguram elementos fundamentais para a garantia da participação, tais como: acesso à informação, representação técnica e a participação na formulação, planejamento e avaliação das políticas de saneamento básico.

Conforme Figura abaixo, os degraus apresentados pelo Ministério das Cidades no Caderno 3 – A participação social na elaboração do PMSB (2004) apresenta-se do nível da “manipulação” (1º degrau) até o do “controle cidadão” (8º degrau): o primeiro representa o menor, e o último, o maior nível de participação.



O avanço da sociedade nos processos de participação e decisão se dá “de baixo para cima”. Como a cada degrau o envolvimento das pessoas é maior, mais perceptível torna-se a influência do cidadão nas políticas públicas, a quem compete avaliar como maior propriedade a vontade da sociedade, seus anseios e necessidades diante de determinada política que se deseja pôr em execução.

|                                | NÚMERO DE DEGRAUS | NÍVEL DE PARTICIPAÇÃO | DESCRIÇÃO                                                                                                                                                                                                                                                                      | NÍVEIS DE PARTICIPAÇÃO              |
|--------------------------------|-------------------|-----------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------|
| (-) Níveis de participação (+) | 8                 | Controle cidadão      | Cidadãos responsáveis pelo planejamento e pela política, assumindo a gestão em sua totalidade. Por planejamento, entende-se o cálculo que precede e preside a ação.                                                                                                            | Níveis de poder do cidadão          |
|                                | 7                 | Delegação de poder    | Cidadãos ocupando a maioria dos assentos nos comitês, com poder delegado para tomar decisões. Aqui, os cidadãos têm poder sobre as contas da política pública.                                                                                                                 |                                     |
|                                | 6                 | Parceria              | Poder distribuído por uma negociação entre os cidadãos e detentores do poder. O planejamento e as decisões são divididos em comitês.                                                                                                                                           |                                     |
|                                | 5                 | Pacificação           | O cidadão começa a ter certo grau de influência nas decisões, podendo participar dos processos decisórios. Contudo, não existe a obrigação dos tomadores de decisão de levar em conta o que ouviram.                                                                           | Níveis de concessão mínima de poder |
|                                | 4                 | Consulta              | Caracteriza-se por pesquisas de participação, reuniões de vizinhança, entre outros. Serve somente como “fachada”, não apresentando implicação prática.                                                                                                                         |                                     |
|                                | 3                 | Informação            | Nível em que ocorre a informação de pessoas sobre seus direitos, responsabilidades e opções. Entretanto, trata-se de um fluxo de informação somente “de cima para baixo”.                                                                                                      |                                     |
|                                | 2                 | Terapia               | Os técnicos de órgãos públicos resguardam-se sob o amparo de conselhos e comitês participativos para não assumir a responsabilidade em eventuais erros.                                                                                                                        | Não participação                    |
|                                | 1                 | Manipulação           | Tem como objetivo permitir que os detentores do poder possam instruir as pessoas. Manifesta-se em conselhos nos quais os conselheiros não dispõem de informações, conhecimento e assessoria técnica independente, fatores necessários para tomarem decisões por conta própria. | Não participação                    |

Fonte: Ministério das Cidades. Cadernos MCidades – A participação social na elaboração do PMSB. Caderno 3, 2004.

Figura 16. Degraus de participação cidadã em políticas públicas.

A lei do Saneamento, ao tratar da formulação da política pública de saneamento básico estabelece a necessidade de os titulares fixarem os direitos e deveres dos usuários e os mecanismos de controle social. A lei determina ainda que o controle social dos serviços públicos de saneamento básico poderá incluir a participação em órgãos colegiados de caráter consultivo. Em seu art. 2º, define a



nova abordagem referente à participação e controle social como um dos princípios fundamentais da prestação dos serviços públicos de saneamento básico.

**CONTROLE SOCIAL** - Conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações, representações técnicas e participações nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento básico (Lei 11.445/07, art. 3º, inciso IV).



Fonte: Ministério das Cidades. Cadernos MCidades – A participação social na elaboração do PMSB. Caderno 3, 2004.

Figura 17. Controle Social.

No contexto da elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, os níveis de participação variam em função do grau de envolvimento na comunidade. A Figura 18, adaptada do Guia para elaboração de planos municipais de saneamento (BRASIL, 2011) e apresentada no referencial do Ministério das Cidades, Caderno 3 – A participação social na elaboração do PMSB (2004) apresenta os níveis de participação para elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico.

| NÍVEL DE PARTICIPAÇÃO                                            | DESCRIÇÃO                                                                                                                                                                                        | NÍVEIS DE PARTICIPAÇÃO                     |
|------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------|
| <b>0</b><br><b>Nenhuma</b>                                       | A comunidade não participa na elaboração e no acompanhamento do Plano.                                                                                                                           | <b>Não participação</b>                    |
| <b>1</b><br><b>A comunidade recebe informação</b>                | A comunidade é informada do Plano e espera-se a sua conformidade.                                                                                                                                |                                            |
| <b>2</b><br><b>A comunidade é consultada</b>                     | Para promover o Plano Municipal de Saneamento, a administração busca apoios que facilitem sua aceitação e o cumprimento das formalidades que permitam sua aprovação.                             |                                            |
| <b>3</b><br><b>A comunidade opina</b>                            | A administração apresenta o Plano Municipal de Saneamento já elaborado à comunidade e a convida para que seja questionado, esperando modificá-lo apenas naquilo que for estritamente necessário. | <b>Níveis de concessão mínima de poder</b> |
| <b>4</b><br><b>Elaboração conjunta</b>                           | A administração apresenta à comunidade uma primeira versão do Plano, a ser modificada.                                                                                                           | <b>Níveis de concessão mínima de poder</b> |
| <b>5</b><br><b>A comunidade tem poder delegado para elaborar</b> | A administração apresenta a informação à comunidade junto com um contexto de soluções possíveis, convidando-a para tomar decisões que possam ser incorporadas ao Plano.                          | <b>Níveis de poder do cidadão</b>          |
| <b>6</b><br><b>A comunidade controla o processo</b>              | A administração procura a comunidade para que esta diagnostique a situação e tome decisões sobre objetivos a serem alcançados no Plano.                                                          |                                            |

Fonte: Ministério das Cidades. Cadernos MCidades – A participação social na elaboração do PMSB. Caderno 3, 2004.

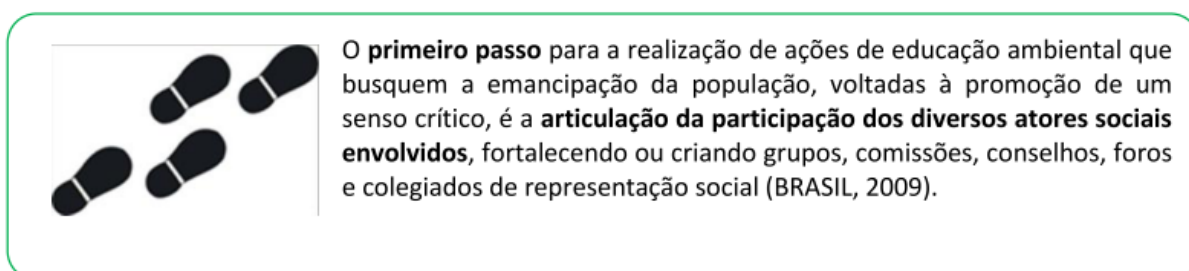
Figura 18: Níveis de participação para elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico.





### 8.3 O papel da educação ambiental na mobilização social em Saneamento Básico:

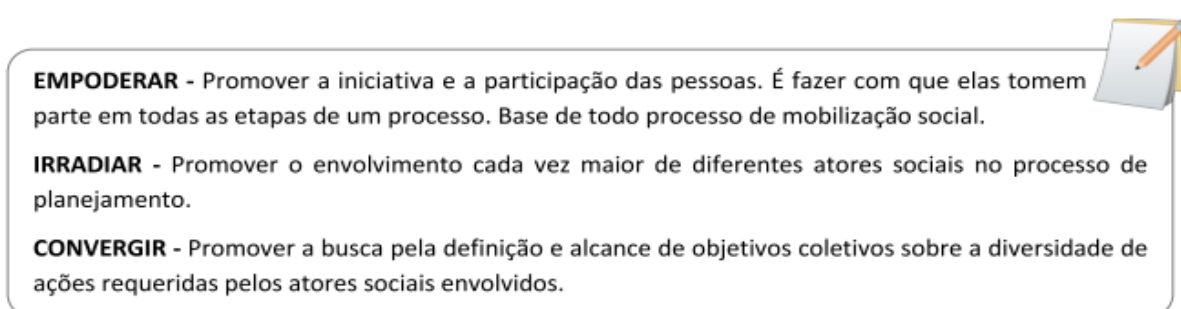
A Educação Ambiental por sua natureza complexa e interdisciplinar, constitui-se em uma importante ferramenta para se refletir sobre aspectos da vida cotidiana, valores que norteiam práticas coletivas e formas de pensar e agir sobre o meio ambiente. Neste sentido:



Fonte: Ministério das Cidades. Cadernos MCidades – A participação social na elaboração do PMSB. Caderno 3, 2004.

Figura 19. Processos participativos e de mobilização da sociedade para a Educação Ambiental.

É nesse contexto que a mobilização social apresenta-se como um processo educativo, o qual promove a participação e o empoderamento de muitas e diferentes pessoas promovendo a irradiação em torno de um propósito comum: a convergência.



Fonte: Ministério das Cidades. Cadernos MCidades – A participação social na elaboração do PMSB. Caderno 3, 2004.

Figura 20. O processo educativo no contexto da mobilização social.

O Programa de Educação Ambiental e Mobilização Social para o Saneamento (PEAMSS), iniciando em 2007 pela Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, conforme apresentado no caderno metodológico para ações





de educação ambiental e mobilização social em saneamento (2009) apud Caderno 3 do MCidades – A participação social na elaboração do PMSB (2004), delineou importante espaço de participação cidadã. Os princípios deste programa vão auxiliar e nos guiar no processo da participação social no município.

#### TRANSVERSALIDADE E INTERSETORIALIDADE

- promover a cooperação e participação conjunta dos vários atores sociais envolvidos;
- abandonar a visão setorial e fragmentada presente no fazer do saneamento, para que a intersectorialidade e a transdisciplinaridade possam ser incorporadas;
- promover a integração das dimensões presentes na promoção da qualidade de vida e da saúde da população com as dimensões sanitárias.

#### TRANSPARÊNCIA E DIÁLOGO

- ampliar o acesso à informação e à participação na definição de prioridades e rumos na gestão dos serviços e aplicação dos recursos;
- estabelecer o diálogo, considerando as especificidades regionais, étnicas, culturais, sociais e econômicas.

#### EMANCIPAÇÃO E DEMOCRACIA

- agir em favor do posicionamento crítico dos sujeitos, fortalecendo sua autonomia e sua liberdade de expressão, contribuindo para a qualificação e ampliação de sua participação nas decisões.

#### TOLERÂNCIA E RESPEITO

- promover ações de mobilização que reconheçam a diversidade nos meios natural, social, econômico e cultural;
- valorizar os saberes, papéis, ritmos e dinâmicas dos sujeitos envolvidos, buscando ampliar a participação e o acolhimento das diferenças;
- atribuir legitimidade aos consensos construídos coletivamente.

Fonte: Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental: caderno metodológico para ações de educação ambiental e mobilização social em saneamento (2009) apud Ministério das Cidades: Caderno 3 – A participação social na elaboração do PMSB. 2004.

Figura 21. Princípios do Programa de Educação Ambiental e Mobilização Social para o Saneamento.





## 8.4 Instrumentos e Estratégias:

- a) Ficam estabelecidos mecanismos de divulgação e comunicação para a disseminação e o acesso às informações sobre a fase do diagnóstico até a proposição de programas, projetos e ações, os serviços prestados e sua avaliação, o processo e os eventos previstos e as propostas relativas ao Plano de Saneamento Básico, como: **Cartazes, Cartilha, Pesquisa Estruturada, publicações nos jornais locais, na internet e nos programas de rádio, dentre outros meios de divulgação e comunicação.**
- b) O documento formal do **Plano de Comunicação Social** é onde estão escritas como chegarão às informações até as pessoas certas no tempo adequado. Desta forma, o referido documento deve registrar o processo para manter toda a população atualizada sobre as atividades realizadas.

Tabela 07. Plano de Comunicação Social.

| PLANO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL                                   |                               |                      |                                                            |                                               |                            |
|---------------------------------------------------------------|-------------------------------|----------------------|------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------|----------------------------|
| Objeto: Plano Municipal de Saneamento Básico de Caibaté – RS. |                               |                      |                                                            |                                               |                            |
| DESTINO                                                       | CONTEÚDO                      | FONTE                | CANAL                                                      | FREQUÊNCIA                                    | ARMAZENAMENTO              |
| Comitê Executivo                                              | Organização e Desenvolvimento | Prefeitura Municipal | Memorando<br>Telefone<br>E-mail                            | Sempre que necessário                         | Arquivo/<br>Banco de Dados |
| Comitê de Coordenação                                         | Organização e Desenvolvimento | Prefeitura Municipal | Memorando<br>Telefone<br>E-mail                            | Sempre que necessário                         | Arquivo/<br>Banco de Dados |
| Governo Municipal                                             | Organização e Desenvolvimento | Prefeitura Municipal | Reuniões                                                   | Sempre que necessário                         | Arquivo/<br>Banco de Dados |
| Funasa                                                        | Organização e Desenvolvimento | Prefeitura Municipal | Relatórios<br>Telefone<br>E-mail                           | Sempre que necessário                         | Arquivo/<br>Banco de Dados |
| População                                                     | Organização e Desenvolvimento | Prefeitura Municipal | Rádio<br>Jornal<br>Cartaz<br>Cartilha<br>Site<br>Municipal | No mínimo periodicidade Mensal, a cada Etapa. | Arquivo/<br>Banco de Dados |

Fonte: Autor Empresa e-Cidades PLANEJAMENTO MUNICIPAL LTDA., 2014.





## 9. CRONOGRAMA.

### 9.1 Prazo de Execução:

Para o desenvolvimento dos serviços, objeto deste TR, deverá ser observado o **prazo de 08 (oito) meses** a contar da emissão da Ordem de início dos Serviços, e elaborado o respectivo cronograma de execução.

Segue abaixo um cronograma exemplificativo, cabendo à Contratante ajustar os prazos de acordo com o planejamento e os serviços de elaboração de seu PMSB.

### 9.2 Síntese das tarefas de elaboração do Plano:

- Produto A – Definição dos membros dos Comitês.
- Produto B – Plano de Mobilização Social.
- Produto C - Relatório do Diagnóstico técnico-participativo social.
- Produto D – Relatório da prospectiva e planejamento estratégico.
- Produto E – Relatório dos Programas, Projetos e Ações.
- Produto F – Plano de execução.
- Produto G – Minuta de Projeto de Lei do Plano Municipal de Saneamento.
- Produto H – Relatório sobre os indicadores de desempenho do Plano Municipal de Saneamento.
- Produto I – Sistema de informações para auxílio à tomada de decisão.
- Produto J – Relatório mensal simplificado do andamento das atividades.
- Produto K – Relatório final do Plano Municipal de Saneamento Básico.

Tabela 08. Cronograma sugerido para elaboração do PMSB.

| Produtos Esperados | Mês 1 | Mês 2 | Mês 3 | Mês 4 | Mês 5 | Mês 6 | Mês 7 | Mês 8 |
|--------------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| A                  |       |       |       |       |       |       |       |       |
| B                  |       |       |       |       |       |       |       |       |
| C                  |       |       |       |       |       |       |       |       |
| D                  |       |       |       |       |       |       |       |       |
| E                  |       |       |       |       |       |       |       |       |





|   |  |  |  |  |  |  |  |  |
|---|--|--|--|--|--|--|--|--|
| F |  |  |  |  |  |  |  |  |
| G |  |  |  |  |  |  |  |  |
| H |  |  |  |  |  |  |  |  |
| I |  |  |  |  |  |  |  |  |
| J |  |  |  |  |  |  |  |  |
| K |  |  |  |  |  |  |  |  |

Fonte: FUNASA (TR), 2012.



Tabela 09. Cronograma com base no TR para elaboração do PMSB.

| Item            | DISCRIMINAÇÃO                                                                                                                                                                                                                                                                            | Remuneração<br>da<br>Contratada | Meses |       |       |       |       |       |       |       |
|-----------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
|                 |                                                                                                                                                                                                                                                                                          |                                 | Mês 1 | Mês 2 | Mês 3 | Mês 4 | Mês 5 | Mês 6 | Mês 7 | Mês 8 |
| <b>Etapa 01</b> | Entrega e aprovação do Plano de Trabalho e do Resultado Plano de Mobilização Social                                                                                                                                                                                                      | 5%                              |       |       |       |       |       |       |       |       |
| <b>Etapa 02</b> | Entrega e aprovação do Resultado: Diagnóstico da situação da prestação dos serviços de Saneamento Básico impactos nas condições de vida e no ambiente natural, caracterização institucional da prestação dos serviços e capacidade econômico-financeiro e de endividamento do município. | 35%                             |       |       |       |       |       |       |       |       |
| <b>Etapa 03</b> | Entrega e aprovação do Resultado: Prognóstico e alternativas para universalização dos serviços de saneamento básico: objetivos e metas.                                                                                                                                                  | 25%                             |       |       |       |       |       |       |       |       |
| <b>Etapa 04</b> | Entrega e aprovação do Resultado: Concepção dos programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e metas do PMSB. Definição das ações para emergência e contingência para o município.                                                                                  | 15%                             |       |       |       |       |       |       |       |       |





|                 |                                                                                                                                                                                           |     |  |  |  |  |  |  |  |  |
|-----------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|--|--|--|--|--|--|--|--|
| <b>Etapa 05</b> | Entrega e aprovação do Resultado: Mecanismos e procedimentos para o controle social e dos instrumentos para o monitoramento e avaliação sistemática da efetividade das ações programadas. | 10% |  |  |  |  |  |  |  |  |
| <b>Etapa 06</b> | Entrega e aprovação do Resultado: Relatório e aprovação final da Política Local de Saneamento Básico do Plano Municipal de Saneamento Básico                                              | 10% |  |  |  |  |  |  |  |  |

Fonte: Autor Empresa e-Cidades PLANEJAMENTO MUNICIPAL LTDA., 2014.





Tabela 10. Cronograma com a especificação de data - Reunião para elaboração do Diagnóstico para elaboração do PMSB.

| Setor Mobilização | Componentes/ Setor | Diagnóstico | Data         | Horário | Autorizado |
|-------------------|--------------------|-------------|--------------|---------|------------|
| A                 | Área Urbana        | 1           | ___/___/2015 | ___:___ |            |
| B                 | Área Rural         | 1           | ___/___/2015 | ___:___ |            |

Fonte: Autor Empresa e-Cidades PLANEJAMENTO MUNICIPAL LTDA., 2014.

Tabela 11. Cronograma com a especificação de data - Reunião para elaboração do Prognóstico para elaboração do PMSB.

| Setor Mobilização | Componentes/ Setor | Prognóstico | Data         | Horário | Autorizado |
|-------------------|--------------------|-------------|--------------|---------|------------|
| A                 | Área Urbana        | 1           | ___/___/2015 | ___:___ |            |
| B                 | Área Rural         | 1           | ___/___/2015 | ___:___ |            |

Fonte: Autor Empresa e-Cidades PLANEJAMENTO MUNICIPAL LTDA., 2014.

Tabela 12. Cronograma com a especificação de data - Consulta Pública on-line da elaboração do PMSB.

| Setor Mobilização | Componentes/ Setor | <u>Consulta Pública on-line</u> |              | Autorizado |
|-------------------|--------------------|---------------------------------|--------------|------------|
| A                 | Área Urbana        | De                              | Até          |            |
| B                 | Área Rural         | ___/___/2015                    | ___/___/2015 |            |

Fonte: Autor Empresa e-Cidades PLANEJAMENTO MUNICIPAL LTDA., 2014.







Tabela 13. Cronograma com a especificação de data - Audiência Pública de elaboração do PMSB.

| Setor Mobilização | Componentes/ Setor | Audiência Pública | Data         | Horário | Autorizado |
|-------------------|--------------------|-------------------|--------------|---------|------------|
| A                 | Área Urbana        | 1                 | ___/___/2015 | ___:___ |            |
| B                 | Área Rural         |                   |              |         |            |

Fonte: Autor Empresa e-Cidades PLANEJAMENTO MUNICIPAL LTDA., 2014.

## 10. SÍNTESE DE PARTICIPAÇÃO, MOBILIZAÇÃO SOCIAL E COMUNICAÇÃO.

O documento formal do **Plano de Comunicação Social** é onde estão escritas como chegarão às informações até as pessoas certas no tempo adequado. Desta forma, o referido documento deve registrar o processo para manter todo mundo atualizado sobre as atividades realizadas. **Conforme tal definição, o Plano de Mobilização Social abrange:**

a) Realização de **Capacitação e de Sensibilização com nivelamento de informações** de Saneamento Básico com os dois Comitês, **ocorrida em 23/07/2014, tendo por local a Câmara Municipal de Vereadores de Caibaté/RS.**



Figura 22.

Registro da



capacitação e sensibilização dos Comitês sobre o processo de elaboração do Plano tendo por local o plenário do legislativo.

**b)** Foram utilizados mecanismos de divulgação e comunicação para a disseminação e o acesso às informações sobre a fase do diagnóstico até a proposição de programas, projetos e ações, os serviços prestados e sua avaliação, o processo e os eventos previstos e as propostas relativas ao Plano de Saneamento Básico: **Publicação de Cartazes, aplicação de Pesquisa Estruturada, publicações nos jornais locais, na internet e nos programas de rádio, dentre outros meios de divulgação e comunicação.**



Figura 23. Registro da reunião de Orientação Técnica na Secretaria Municipal de Saúde para aplicação da pesquisa estruturada pelos agentes para coleta de dados para o Plano.

**c)** Foi aplicada uma **pesquisa estruturada que envolve todos os componentes previstos** e que foi desenvolvida pela empresa, com a participação dos agentes comunitários de saúde, tendo estes uma atuação articulada, vistos como sendo aqueles que conhecem a realidade local e já têm experiência de participação para repercutir sobre o atendimento ou o déficit dos componentes do Saneamento Básico do município. A análise dos resultados foi projetada através de gráficos elaborados pela equipe técnica da empresa, ilustrando a coleta de dados e o resultado, permitindo uma interpretação adequada.



Figura 24. Registro do recebimento da caixa com as fichas do resultado da aplicação da pesquisa estruturada que contemplou todo o território municipal com a coleta de dados.

- d) A realização das **reuniões de elaboração do plano**, tanto na área urbana como **área rural**, será com o uso de ferramentas de apoio ao Planejamento Governamental, indicados pelo TCU;
- e) Será estabelecido canal para recebimento de críticas e sugestões, garantindo a avaliação e a resposta a todas as propostas apresentadas, por meio de **consulta pública on-line (pela internet/site municipal)**;
- f) Concepção do evento aberto à comunidade local, com o debate através de uma **audiência pública final** para discussão e participação popular;
- g) Forma de acompanhamento e participação, no processo de elaboração do PMSB, através dos **Conselhos Municipais: da Cidade, de Saúde, de Meio Ambiente e de Educação** e, caso estejam instalados, do **Comitê de Bacia Hidrográfica** onde o município está inserido e,



h) Deliberação final por Instância Colegiada, criada através de Lei Municipal, com a atribuição de realizar o controle social para o monitoramento e avaliação sistemática da efetividade das ações programadas, neste caso através, do **Conselho Municipal da Cidade**, que tem sua formação paritária ou ainda, podendo ser acatado a sugestão publicada pelo **ConCidades**, apresentando uma proporcionalidade com 60% da Sociedade Civil e 40% do Poder Público, atribuindo-lhe o papel para fiscalizar e monitorar a prestação dos serviços de saneamento.

i) Realização da **Análise SWOT**.

## 11. ANÁLISE SWOT.

A Análise SWOT pode ser utilizada como uma ferramenta para reflexão e posicionamento em relação à situação do setor de saneamento. Representa um bom ponto de partida para iniciar o processo de planejamento tendo uma percepção geral de pontos e fatores que contribuem ou atrapalham a execução de ações.

Pode-se dividir a análise SWOT em duas partes: a análise do ambiente interno, onde serão identificados os pontos fortes e os fracos, e a análise do ambiente externo, onde estão as ameaças e as oportunidades. O objetivo é contextualizar a realidade e identificar os desafios regionais. Deve-se avaliar cada item de reflexão e detalhar o fator que o classifica.

Tabela 14: Análise SWOT.

| Itens de reflexão | Ambiente interno |          | Ambiente externo |              |
|-------------------|------------------|----------|------------------|--------------|
|                   | Força            | Fraqueza | Ameaças          | Oportunidade |

Fonte: Autor Empresa e-Cidades PLANEJAMENTO MUNICIPAL LTDA., 2014.

## 12. EQUIPE TÉCNICA DA CONTRATADA.





- ✓ **Coordenador e Resp. Técnico no CRA/RS:** Tecnol. Carlos Norberto Filipin, c/ registro no CRA-RS 0179, MBA em Administração Pública e Gestão de Cidade e Especialista em Gestão e Auditoria Ambiental, com experiência em Saneamento e Meio Ambiente.
- ✓ **Engenheiro Civil no CREA/RS:** Dr. Rafael Newton Zaneti, possui graduação em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2005) e título de mestre e de doutor em tecnologia ambiental pelo Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Minas, Metalúrgica e de Materiais - PPG3M/UFRGS (2007/2012). Tem experiência na área de tratamento para reúso de água e em planejamento. Trabalhou na Secretaria de Habitação e Saneamento do RS (SEHABS) entre 2013 e 2014. Atualmente é engenheiro do DMAE em Porto Alegre. CREA/RS nº 139864.
- ✓ **Engenheira Civil no CREA/RS:** Graziela Cortes Sawitzki, inscrita no CREA/RS nº 197457, portadora do RG nº 1078267257.
- ✓ **Pedagoga e Supervisora de Planos:** Prof<sup>a</sup> Flaviana Carolina Felini Neuhaus, Pedagoga e Psicopedagoga, com formação em Trabalho Social em Habitação de Interesse Social e Saneamento, com experiência em projetos e programas sociais voltados para a mobilização e envolvimento de comunidades.
- ✓ **Biólogo:** Biol. Valdir Natal Rochinheski, inscrito no CRBio3 28.125-03D, ex-gerente da FEPAM, com experiência em análise e elaboração de laudos ambientais.
- ✓ **Advogado:** Bel. Marcio Ewerton Zimmermann, Inscrito na OAB/RS, com experiência na elaboração de projetos de lei.

### 13. LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

Os serviços de escritório poderão ser executados na sede da Contratada e em outros locais a serem acordados com a Equipe da Contratante.

A empresa se coloca à disposição, para todas as providências necessárias.





#### **14. CONSIDERAÇÕES FINAIS.**

Por fim, este documento, denominado Plano de Mobilização Social tem o objetivo de ser um Guia orientativo para o município beneficiado, além de servir como norteador das etapas a serem desenvolvidas no decorrer da prestação de serviços, ressaltando a importância da participação social.

**Flaviana Carolina Felini Neuhaus**

Pedagoga/Supervisora de Planos

**Empresa e-Cidades PLANEJAMENTO MUNICIPAL LTDA.**

Senador Alberto Pasqualini, 250, Apto nº 201

Três de Maio/RS

98910-000

[www.apoioaosmunicipios.com.br](http://www.apoioaosmunicipios.com.br)

[contato@apoioaosmunicipios.com.br](mailto:contato@apoioaosmunicipios.com.br)





## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 11.445 de 05 de Janeiro de 2007** que “estabelece as Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico”.

\_\_\_\_\_. **Resolução Recomendada 75 de 02/07/09 do Conselho das Cidades**, que trata da Política e do conteúdo Mínimo dos Planos de Saneamento Básico.

\_\_\_\_\_. Ministério das Cidades. **Peças Técnicas Relativas a Planos Municipais de Saneamento Básico**. Brasília: Ministério das Cidades, 2011. 1ª edição. 244 p.: il.

\_\_\_\_\_. Ministério das Cidades. **Guia para a elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico**. 2. ed. Brasília: Ministério das Cidades, 2011.

\_\_\_\_\_. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. **Diretrizes para a Definição da Política e Elaboração do Plano de Saneamento Básico**. Brasília, 2011d. Versão 2011.

\_\_\_\_\_. Ministério das Cidades. **Cadernos MCidades – O Saneamento Básico no Brasil: Aspectos Fundamentais**. Caderno 1. nov. 2004.

\_\_\_\_\_. Ministério das Cidades. **Cadernos MCidades – Participação e Controle Social**. Caderno 2. nov. 2004.

\_\_\_\_\_. Ministério das Cidades. **Cadernos MCidades – A Participação Social na elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico**. Caderno 3. nov. 2004.

\_\_\_\_\_. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental – Programa de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento (PEAMSS). **Caderno metodológico para ações de educação ambiental e mobilização social em saneamento**. 2009.







Ministério da Saúde. **Termo de referência para elaboração de planos municipais de saneamento básico**. Brasília, 2012.

BRASIL EM CIDADES. Sistema Nacional de Informações das Cidades. Disponível em: <<http://www.brasilemcidades.gov.br/src/html/home.html>>. Acesso em janeiro de 2014.

CAIBATÉ. Prefeitura Municipal de Caibaté. Brasil. Estado do Rio Grande do Sul, 2014.

CREA-MINAS; FUNASA: Reimpressão da “Política e Plano Municipal de Saneamento Básico”. Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (Crea-Minas) e a Fundação Nacional de Saúde (Funasa), 2012.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Lei 12.037, de 19.12.2003**. Dispõe sobre a Política Estadual de Saneamento e dá outras providências.

EMPRESA E-CIDADES PLANEJAMENTO MUNICIPAL LTDA., **Serviços de Consultoria na elaboração do PMSB de Flores da Cunha**. Alegria – RS, 2014.

PLANSAB. **Plano Nacional de Saneamento Básico - PLANSAB**. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. Brasília, dezembro de 2013.

ROSEN, G. **Uma história da saúde pública**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 2006.





Estado do Rio Grande do Sul  
Prefeitura Municipal de Caibaté

## ANEXOS

ANEXO A – Material de Capacitação dos Atores Institucionais e Sociais

ANEXO B – Ata de Avaliação e Análise do Plano de Mobilização Social (PMS) referente ao Plano Municipal de Saneamento Básico

ANEXO C – Registro Fotográfico da Avaliação e Análise do Plano de Mobilização Social (PMS) referente ao Plano Municipal de Saneamento Básico

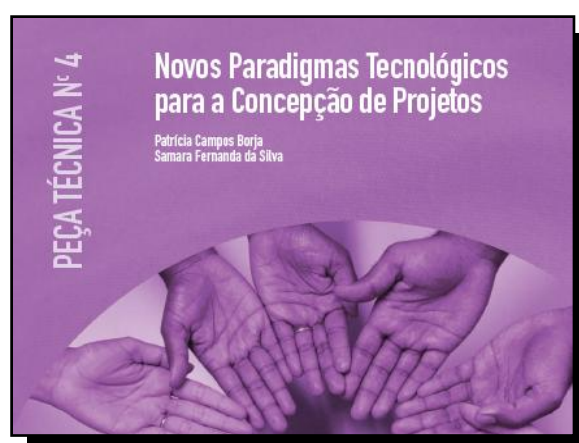
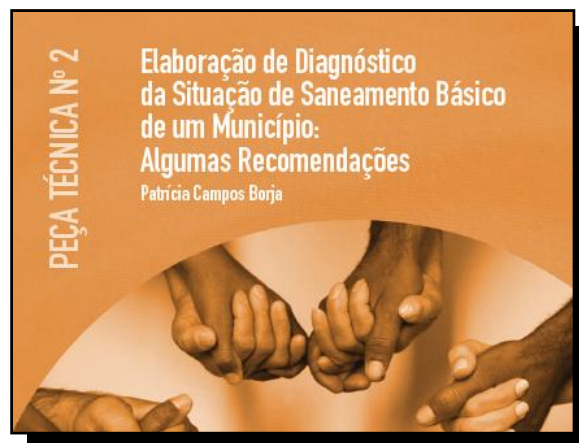


Ministério da Saúde  
Fundação Nacional de Saúde



ANEXO A – Material de Capacitação dos Atores Institucionais e Sociais

**CAPACITAÇÃO DOS ATORES SOCIAIS E INSTITUCIONAIS  
ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO  
MUNICÍPIO DE CAIBATÉ – RS**



Fonte: Mcdidades, 2011 e adaptado pelo Autor Empresa e-Cidades PLANEJAMENTO MUNICIPAL LTDA., 2014.





ANEXO B – Ata de Avaliação e Análise do Plano de Mobilização Social (PMS)  
referente ao Plano Municipal de Saneamento Básico



**Prefeitura Municipal de Caibaté - RS**  
**"Coração das Missões"**

**ATA DE REUNIÃO**

**ATA DE AVALIAÇÃO E ANÁLISE DO PLANO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL (PMS)  
REFERENTE AO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO**

Aos quinze dias do mês de agosto, do ano de 2014, às dez horas (10h), reuniram-se nas dependências do Auditório da Cermissões, no Município de Caibaté Estado do Rio Grande do Sul, os membros do Comitê de Coordenação, que é a instância consultiva e deliberativa, formalmente institucionalizado pelo Decreto nº 3135/2014, de 29 de julho de 2014, para análise, avaliação e aprovação do Plano de Mobilização Social referente ao Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), de Caibaté. De posse do material que foi disponibilizado pelo Comitê Executivo, que é a instância responsável pela operacionalização do processo de elaboração do Plano de Saneamento Básico, passou-se a análise do mesmo. Com a análise, e considerando que o Plano de Mobilização Social - PMS foi elaborado de acordo com as diretrizes estabelecidas no Termo de Referência, (refletir as necessidades e anseios da população; apresentar caráter democrático e participativo; envolver a sociedade durante todo o processo; sensibilizar a sociedade para a responsabilidade coletiva na preservação e conservação dos recursos naturais; estimular os segmentos sociais a participarem do processo de gestão ambiental), aprovou-se o PMS. No relato da representação do município, o mesmo deixou claro a sua concordância com tudo o que foi proposto, da mesma forma concorda com a disponibilização de agentes de saúde para o levantamento de dados propostos, contudo aguarda-se definição da empresa LC Banco de Serviços e Consultoria Ltda. quanto a elaboração desses questionários. Inclusive houve além de boa aceitação pela iniciativa, a sugestão de diversas outras formas de fazer o levantamento de dados, observando olhar técnico e a demanda social para a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, ficando no aguardo da disponibilização dos mesmos pela Empresa. Ficou definido que o município irá encaminhar o Plano de Mobilização Social - PMS definitivo para a Funasa. Nada mais havendo para tratar, foi lavrada a presente Ata, que vai assinada pelos membros do Comitê de Coordenação, Comitê Executivo, Representação do Município e da Empresa Contratada.

*[Assinaturas manuscritas]*  
Av. Pe. Reus, 1582 - CEP 97930-000 - Fone/Fax (55) 3355-1300 - E-mail(geral): smap@caibate.rs.gov.br - Caibaté - RS  
*[Assinatura: Suzana Maciel Obregon]* *[Assinatura: Francisca Sausen Welter]*  
ROTA DAS MISSÕES  
MISSÃO SEM VÍCIOS  
PROQUEVEL

Fonte: Prefeitura Municipal de Caibaté, 2014.





## ANEXO C – Registro Fotográfico da Avaliação e Análise do Plano de Mobilização Social (PMS) referente ao Plano Municipal de Saneamento Básico



Abertura dos trabalhos pelo Coordenador, Sr. Vanes Dalafloira.



Apresentação e início dos trabalhos pela Empresa contratada.

Fonte: Prefeitura Municipal de Caibaté, 2014.